

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2022

Handwritten signature or initials in blue ink.

1.1 Designação da entidade:

Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Fátima-Ourém

NIF: 507 839 552

1.2 Sede:

Estrada de Leiria nº55

2495-407 Fátima

1.3 Natureza da atividade:

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Fátima-Ourém é uma IPSS, com a natureza de Associação/Fundação, cuja atividade principal é o apoio social a pessoas Idosas, desenvolvido através das respostas sociais de Lar Idosos, Serviço de Apoio Domiciliário e Centro de Convívios. Para além destas Respostas Sociais a Instituição conta ainda com uma outra atividade, onde presta apoio à população, através de consultas de aconselhamento realizadas pelo Gabinete de Alzheimer.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Identificação do referencial contabilístico para a preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas as normas que integram a normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL) aprovadas pelo DL. n.º 98/2015 de 02/06.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de demonstrações financeiras (Portaria n.º 220/2015 de 24/07), o Código de Contas (Portaria n.º 220/2015 de 24/07) e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL) (Aviso n.º 8259/2015).

Sempre que na presente norma existam remissões para as Normas Internacionais de Contabilidade, entende-se que estas se referem às adotadas pela União Europeia nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho e em conformidade com o texto original do Regulamento (CE) n.º 1126/2008 da Comissão, de 3 de novembro.

Sempre que esta Norma não responda a aspetos particulares que se coloquem em matéria de contabilização ou relato financeiro de transações ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a entidade deverá recorrer, tendo em vista tão-somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada:

- a) Às NCRF e Normas Interpretativas (NI);
- b) Às Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento n.º. 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;
- c) Às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB, e respetivas Interpretações (SIC e IFRIC);



2.1 Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem a imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade

Não foram derogadas quaisquer disposições do sistema de normalização contabilística para as ESNL que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.

1.1. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas

No decurso do exercício em análise procedeu-se ao registo da informação em conformidade com a NCRF-ESNL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, isto é, as demonstrações financeiras de 2022 foram apresentadas de acordo com a norma supra referida.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

3.1 Principais políticas contabilísticas

Bases de apresentação usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras da Instituição, foram preparadas de acordo com a NCRF_ESNL, que a seguir se identificam:

Continuidade:

A Irmandade da Santa Casa de Fátima - Ourém não pressupõe, no futuro, alterações significativas nas políticas contabilísticas utilizadas, pelo que, as demonstrações financeiras continuaram a ser elaboradas de acordo com o princípio da continuidade.

Regime do acréscimo:

As transações encontram-se contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos, são registados nas rubricas «Outras Contas a Receber e a pagar» e «Diferimentos».

Consistência:

As Demonstrações Financeiras estão consistentes com o relatado no exercício económico anterior, quer ao nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, considerando o referido no ponto 2.3 e 3.5.

Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela natureza da sua materialidade. A materialidade depende da quantificação, omissão ou erro. A informação é materialmente relevante se a sua omissão ou inexatidão influenciar as decisões económicas tomadas com base nas demonstrações financeiras apresentadas.

Compensação:

É importante que os ativos e passivos sejam relatados separadamente, assim como os gastos e rendimentos, não devendo ser compensados.

Informação Comparativa:

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. A elaboração das Demonstrações Financeiras deve respeitar o princípio da continuidade e consistência ao longo do tempo. A alteração das políticas contabilísticas utilizadas, origina que as quantias comparativas devam ser reclassificadas de acordo com a sua natureza e que seja divulgado a razão da sua reclassificação.

Acontecimentos subsequentes:

Os acontecimentos subsequentes após a data de balanço que proporcionarem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data de balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorreram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras se considerados materiais.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

a) Políticas de Reconhecimento

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos Fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas, com exceção de alguns imóveis, conforme descrito na nota 4.1. deste Anexo. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, assim como quaisquer outros custos associados à compra do ativo.

As depreciações são calculadas, considerando a data de utilização dos bens, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos.

Créditos a Receber

Os clientes e outras contas a receber está mensurado pelo método do custo estando deduzidas no Balanço de eventuais Perdas por Imparidade. As dívidas dos clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que a Instituição não aplica juros de mora.



Investimentos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado regulamentado, são mensurados pelo justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Caixa e depósitos bancários

Este item rubrica inclui caixa e depósitos à ordem em Bancos. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros, encontram-se mensuradas pelo método do custo. As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros, são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Financiamentos Obtidos

Os financiamentos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os financiamentos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

Inventários

Os inventários são valorizados ao custo, incluindo todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

Subsídios do Governo

Os subsídios reconhecidos nas demonstrações financeiras relacionados com rendimentos, são reconhecidos como rendimentos do próprio período na rubrica “Subsídios, dotações e legados à exploração”.

Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos funcionários incluem salários, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal, comissões e outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos do período em que os serviços são prestados, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

b) Outras políticas contabilísticas

Não foram utilizadas outras políticas contabilísticas na preparação das demonstrações financeiras, diferentes das estabelecidas pelas NCRF-ESNL.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF-ESNL, a Entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, bem como os rendimentos e gastos incorridos relativos a períodos reportados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Entidade foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras. As estimativas contabilísticas mais significativas, refletidas nas demonstrações financeiras incluem: vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e registos de imparidade dos ativos.

3.3 Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas. Nos restantes estabelecimentos da Congregação não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

3.4 Alterações nas estimativas contabilísticas

Não se verificaram qualquer alteração de estimativas contabilísticas. Nos restantes estabelecimentos da Congregação não se verificaram quaisquer alterações nas estimativas.

3.5 Correção de erros de períodos anteriores

Não existem quaisquer erros materialmente relevantes de períodos anteriores, com impacto nas demonstrações financeiras do período.

4. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

4.1 Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. As despesas com a manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos.

Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto. As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

4.2 Métodos de depreciação usados

As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha reta.

4.3 Vidas úteis e taxas de depreciação usadas

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos ativos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equip. transporte	Equip. admin.	Ativos biológicos	Outros activos fixos tangíveis
		Terrenos	Edifícios					
Vidas úteis	---	---	10-20 anos	3 - 8 anos	---	3 - 8 anos	---	4 - 8 anos
Taxas de depreciação	0%	0%	10,00% - 5,00%	33,33% - 12,50%	---	33,33% - 12,50%	---	25,00% - 12,5%
Métodos de depreciação	---	---	Método linha reta	Método linha reta	---	Método linha reta	---	Método linha reta

4.4 Montante a natureza dos bens do domínio público, do património histórico, artístico e cultural e outros ativos fixos tangíveis e obras em curso

A reconciliação da quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis em 2022 e 2021, são apresentadas no quadro seguinte:

Descrição	Situação Inicial			Situação Final		
	Quantia Bruta	Deprec. e Imp. cum.	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Deprec. e Imp. cum.	Quantia Escriturada
Bens Domínio publico	0	0	0	0	0	0
Bens património HAC	0	0	0	0	0	0
O. activos fixos tangíveis	338.839,68	270.807,28	68.032,40	355.116,35	282.376,37	72.739,98
Total	338.839,68	270.807,28	68.032,40	355.116,35	282.376,37	72.739,98

As quantias escrituradas brutas, no início e fim do período, das aquisições, revalorizações, alienações, depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Bens do domínio publico	Bens do Património HAC	Outros Activos Fixos Tangíveis	Total
Activos	0	0	355.116,35	355.116,35
Saldo Inicial			338.839,68	338.839,68
Aquisições			15.907,67	15.907,67
Alienações			0,00	0,00
Transf. e abates			0,00	0,00
Revalorizações			0,00	0,00
Inv. em curso			369,00	369,00
Saldo Final			355.116,35	355.116,35

Handwritten signature

Depr. acumuladas	0	0	260.376,67	260.376,67
Saldo Inicial			270.807,28	270.807,28
Depr. do Exercício			11.569,09	11.569,09
Perdas Imparidade			0,00	0,00
Reversões Perdas			0,00	0,00
Alienações			0,00	0,00
Transf. E abates			0,00	0,00
Outras variações			0,00	0,00
Saldo final			282.376,37	282.376,37
Quantia Escriturada	0	0	72.739,98	72.739,98

4.4 Outras Informações

A Instituição não apresenta à data de 31 de dezembro de 2022, quaisquer restrições de titularidade de ativos, nem ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos. Também não apresenta quaisquer compromissos contratuais assumidos para aquisição de ativos fixos tangíveis.

Não existem atualmente, itens do ativo fixo tangíveis valorizados por reavaliações efetuadas.

A Instituição não possui bens que possam ser classificados como bens do património histórico, artístico e cultural.

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

A Instituição não possui à data de 31 de dezembro de 2022 bens considerados intangíveis.

6. CUSTOS DOS EMPRESTIMOS OBTIDOS

Não existem valores desta natureza registados à data do balanço. Existe a possibilidade de utilização dos valores aprovados para uma conta caucionada no Banco BPI que não se encontrava em utilização nos períodos em análise.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Passivos		
Financiamentos Obtidos – Contas Caucionadas	0,00€	0,00€
Loações Financeiras	0,00€	0,00€
Total	0,00€	0,00€

7. INVENTÁRIOS

7.1 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários

Os inventários foram valorizados ao custo, incluindo todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. A forma de custeio usada foi o FIFO.

4028

7.2 Quantia total escriturada de inventários e quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

Movimentos	2022			2021		
	Mercadorias	M. P., Sub. E Cons.	Activos Biológicos	Mercadorias	M. P., Sub. E Cons.	Activos Biológicos
Existências Iniciais	1.048,97	1.054,80	0	1408,56	0	0
Compras	12.387,49	100.691,35	0	10.440,78	49.799,98	0
Autoconsumos	0	0	0	0	0	0
Reg. Existências	0	65,00	0	0	11.462,90	0
Existências Finais	753,38	786,30	0	1.048,97	1.054,80	0
Custo do Período	12.683,08	101.024,85	0	10.800,37	60.208,08	0

8. RENDIMENTOS E GASTOS

8.1. Políticas contabilísticas para reconhecimento do rédito

O rédito, proveniente das prestações de serviços efetuadas pela Entidade, é contabilisticamente reconhecido, pelo valor a receber dos clientes, à data da prestação do serviço.

8.2 Quantia significativa de rédito reconhecida durante o período

À data do balanço o rédito apresentado era composto pelos valores provenientes de:

Quantias dos réditos reconhecidas no período	2022			2021		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação % face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação % face aos réditos reconhecidos no período anterior
Venda de bens	22.977,22	2,32%	-2,56%	23.581,42	2,71%	39,54%
Prestação serviços	533.899,21	53,81%	17,53%	454.271,66	52,12%	6,63%
Sub. exploração	389.236,60	39,23%	42,56%	273.028,52	31,33%	-1,91%
Reversões	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros Rend.	46.099,84	4,65%	-61,79%	120.653,78	13,84%	35,50%
Juros	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Totais	992.212,87	100,00%	13,85%	871.535,38	100,00%	7,56%

9. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Não foram registadas pela Entidade provisões, passivos contingentes e ativos contingentes durante o exercício económico de 2022 e 2021.

10. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

Handwritten signature or initials in blue ink.

Os subsídios do Governo destinados ao financiamento da atividade encontram-se registados como rendimentos operacionais pelo valor nominal das verbas atribuídas e reconhecidos de acordo com o ano civil a que respeitam.

Deste modo, as verbas atribuídas pelo Estado destinadas ao financiamento da atividade, subdividiram-se, para os anos 2022 e 2021, do seguinte modo:

Subsídios à Exploração	2022	2021
ISS, IP - CDSS Santarém	301.330,82 €	259.222,43 €
IEFP	33.259,26 €	13.806,09 €
POISE	21.468,21 €	0,00 €
Doações	33.178,31 €	0,00 €
Total	389.236,60 €	273.028,52 €

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

11.1 Base de mensuração e políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compensação das demonstrações financeiras

Os Instrumentos financeiros mensurados ao custo menos perdas por imparidade:

- Clientes e utentes
- Fornecedores
- Outras dívidas a receber
- Outras dívidas a pagar
- Financiamentos obtidos

11.2 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período dos fundos patrimoniais

A composição desta rubrica no final do exercício económico de N era a seguinte:

Rubricas / Fundo Social	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Fundos	8.678,40			8.678,40
Excedentes Técnicos	0			0
Reservas	0			0
Resultados transitados	-86.764,85	11.522,86		-75.241,99
Excedentes de revalorização	0			0
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	159.210,79		3.841,25	155.369,54
Resultado líquido do período	11.522,86	9.674,10		21.196,96
Total	92.647,20	21.196,96	3.841,25	110.002,91

11.3 Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria

12. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios de curto prazo dos empregados, incluem remunerações, subsídios de alimentação, subsídios de Férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo, são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo, que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes, encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios inerentes à cessação de emprego, resultantes do regime jurídico do fundo de compensação do trabalho (FCT), do mecanismo equivalente (ME) e do fundo de garantia de compensação do trabalho (FGCT) encontram-se reconhecidos de acordo com o estipulado na Lei 70/2013 de 30 de agosto. De acordo com a legislação aplicável o FCT é um fundo de capitalização registado como Investimento Financeiro e o FGCT é um fundo de natureza mutualista registado como gasto do período.

Os gastos globais suportados pela Entidade, foram os seguintes:

Gastos com o Pessoal	2022	2021
Remunerações Certas	506.924,55	447.269,81
Rem. Ad.(Sub. Alim. / Ab. Falhas/ Grat.)	36.107,69	33.164,28
Encargos s/ Remunerações	113.470,47	97.897,97
Seguros Acidentes Trabalho	6.819,37	5.620,37
Outros Gastos c/ Pessoal	2.962,02	1.681,12
Total	666.284,10	585.633,55

Número médio de empregados

Pessoas ao serviço		
Descrição	Nº médio pessoas 2022	Nº médio pessoas 2021
Pessoas ao serviço, remuneradas e não remuneradas:	49	44
Pessoas remuneradas ao serviço	49	44
Pessoas não remuneradas ao serviço	0	0
Pessoas ao serviço por tipo de horário:		
A tempo completo	48	43
A tempo parcial	1	1
Pessoas ao serviço, por sexo:		
Homens	5	4
Mulheres	44	40

ps

Órgãos Diretivos

Os órgãos diretivos da Instituição, de acordo com os estatutos colaboram diretamente na gestão da mesma, em regime de voluntariado, não sendo por isso remunerados.

13. ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO

Não são conhecidos à data, quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras da Entidade.

Após o encerramento do período e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação revelada nas contas.

14. AGRICULTURA

Não aplicável.

15. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

16. OUTRAS DIVULGAÇÕES

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

16.1 Estado e Outros Entes Públicos

Os valores registados à data do balanço e refletidos na consolidação dos valores apurados pelas diversas Entidades, na conta de Estado e Outros Entes Públicos, foram os seguintes:

Estado e Outros Entes Públicos	2022	2021
Imposto s/ Rendimento	2.121,00	2.121,00
Retenção Impostos s/ Rendimento	-605,74	-605,74
Imposto sobre o valor acrescentado	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social, CGA e ADSE	10.276,41	10.276,41
Outros impostos		
Total	13.843,67	13.843,67

16.2 Diferimentos

A rubrica "Diferimentos" tinha, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

Diferimentos	2022	2021
Ativo		
Gastos a Reconhecer		
Seguros	974,91	710,01
Total	974,91	710,01
Passivo		
Rendimentos a Reconhecer		
Subsídios	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

16.3 Outros ativos correntes

A rubrica “Outras ativos correntes” tinha, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Outros ativos correntes	2022	2021
Devedores por acréscimo de rend.	30.009,61	0,00
Outros devedores	4.056,57	4.000,22
Pessoal	590,08	521,20
Total	34.656,26	4.521,42

16.4 Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” tinha, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

Outros passivos correntes	2022	2021
Pessoal	1.003,62	148,51
Fornecedores de investimento	0,00	0,00
Credores por acréscimos de gastos	91.599,69	77.876,23
Outros credores	14.047,04	33.221,68
Total	106.650,35	111.246,42

16.5 Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 os valores da rubrica de caixa e depósitos bancários da Entidade, apresentava a seguinte composição:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e depósitos bancários		
Caixa	694,86€	228,52€
Depósitos à ordem	173.249,46 €	122.487,25 €
Outros depósitos bancários	0,00 €	0,00 €
Total	173.944,32 €	122.715,77 €

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes, correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

16.6 Fornecimentos e serviços externos

Os valores registados no exercício económico de 2022 e 2021 foram os seguintes:

Rubrica	2022	2021
Subcontratos	0,00	33.151,93
Trabalhos especializados	12.161,90	11.004,85
Publicidade e propaganda	499,25	87,79
Vigilância e segurança	521,52	915,12
Honorários	9.497,79	9.503,49
Comissões	0,00	5.000,00
Conservação e reparação	15.075,54	11.738,18
Ferramentas Utens. Desg. rápido	2.913,77	1.533,01
Material de escritório	2397,58	878,78
Artigos para Oferta	147,77	85,18
Material Didático	124,55	14,7
Outros Materiais	1000,05	860,37
Eletricidade	11.921,84	11.369,34
Combustíveis	17.472,39	12.784,91
Água	4.531,95	4.046,05
Outros fluídos	10.391,51	8.544,00
Deslocações e estadas	121,47	105,2
Rendas e alugueres	50.582,63	51.300,32
Comunicação	2.904,01	2.052,06
Seguros	1.859,15	1.193,42
Contencioso e notariado	204,3	183,75
Despesas de Representação	75	62,5
Limpeza, higiene e conforto	15.991,96	16.050,40
Outros F. S. Externos	2614,58	300,94
Rouparia	1693,84	827,92
Vestuário e Calçado Utentes	70	28
Encargos Saúde com Utentes	137,22	3.837,03
Outros encargos c/utentes	3749,72	672
Total	168.661,29	188.131,24

16.7 Descrição das responsabilidades da Entidade por garantias prestadas

Informação não aplicável à Instituição.

Fátima, 31 de maio de 2022

A Mesa Administrativa,



A Contabilista Certificada

Sónia Martins
N.º77014

INSTITUIÇÃO: Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Fátima-Ourém
Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa

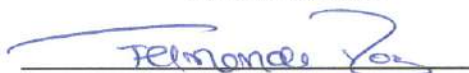

Período findo em 31 de Dezembro de 2022

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		
		2022	2021	Variância
Fluxo de caixa das atividades operacionais - método direto				
Recebimentos de clientes e utentes	3	565.863,58	486.816,98	16,24%
Pagamentos a fornecedores	3	-259.548,74	-275.262,76	-5,7%
Pagamentos ao pessoal	17	-648.344,35	-566.283,46	14,49%
Caixa gerada pelas operações		-342.029,51	-354.729,24	-3,58%
Outros recebimentos/pagamentos	18	400.925,73	458.694,27	-12,59%
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		58.896,22	103.965,03	-43,35%
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis	4	-4.707,58	-2.373,70	298,32%
Investimentos Financeiros	16	-2.960,09	-1.749,95	
Recebimentos provenientes de:				
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-7.667,67	-2.373,70	423,03%
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos				
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos	6	0,00	-15.000,00	0,00%
Juros e gastos similares	6	0,00	-787,99	0,00%
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)		0,00	-15.787,99	0,00%
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		51.228,55	85.803,34	-40,30%
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00	0,00%
Caixa e seus equivalentes no início de período		122.715,77	38.662,38	417,40%
Caixa e seus equivalentes no fim de período		173.944,32	122.715,77	4175%

(1) - Euro

A Mesa Administrativa,

A Contabilista Certificada,



SANTA CASA MISERICORDIA DE FÁTIMA - OURÉM
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte: 507 839 552

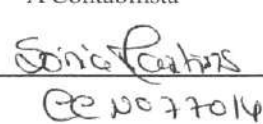
Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados		556.876,93	477.320,88
Subsídios, doações e legados à exploração		389.236,60	273.028,52
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		113.707,93	71.136,33
Fornecimentos e serviços externos		168.661,29	188.131,24
Gastos com o pessoal		666.284,10	585.633,55
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		45.934,84	120.653,78
Outros gastos		6.629,00	3.358,82
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		36.766,05	22.743,24
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		11.569,09	10.430,61
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		25.196,96	12.312,63
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	789,77
Resultados antes de impostos		25.196,96	11.522,86
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		25.196,96	11.522,86

A Direção

A Contabilista





 CE nº 77014